



Ata da 7ª (Sétima) Sessão ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 15 de março de 2022, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador José de Oliveira Lima. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, João Bechara Netto, Júlio César Carneiro, Júlio César Ferreira Magalhães, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares, Paulo Sérgio de Toledo Costa e Renildo Nascimento Peçanha.** Havendo quórum regimental foi declarada em nome de Deus aberta a presente sessão. A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. O **Vereador José de Oliveira Lima** realizou o registro de pesar pelo falecimento de Valdéia Ferreira Peçanha e em seguida solicitou um minuto de silêncio. **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Ofício Externo Nº 43/2022. Ementa:** OF. GAP Nº 059/2022 - Assunto: Solicita apreciação do Projeto de Lei nº 018/2022 que acrescenta dispositivos à Lei nº 2733/2013 que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Municipal para criar o Conselho Municipal de Fiscalização e acompanhamento do Fundo Municipal de Investimentos. **Autoria: Poder Executivo Municipal. Indicação Nº 15/2022. Ementa:** Indica serviços de drenagem, saneamento básico, e pavimentação na Rua Alfredo Anacleto Jacinto Ribeiro em Campo Acima, neste município. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Indicação Nº 16/2022. Ementa:** Indica a reforma da quadra de Esporte Poliesportiva "Jociel Rodovalho Ventura" em Graúna neste município. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Indicação Nº 17/2022. Ementa:** Indica construção de uma Quadra Poliesportiva em Campo Acima na localidade de Boa Esperança, em frente as casas populares. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. O Vereador João Bechara Netto** disse que a referida indicação seria suspensa por solicitação do autor da mesma, pois o Vereador Erasto da Costa já havia apresentado uma indicação da mesma natureza. **Indicação Nº 18/2022. Ementa:** Indica reforma do Campo de futebol de areia na localidade de Pedrinhos, em Piabanha do Norte, neste Município. **Autoria: Antônio Carlos Helvécio. Indicação Nº 19/2022. Ementa:** Indica que seja iniciada a pavimentação asfáltica ou a manutenção da estrada na localidade de Pedrinhos, em Piabanha do Norte, neste Município. **Autoria: Antônio Carlos Helvécio. Indicação Nº 20/2022. Ementa:** Indica pavimentação asfáltica e/ou calçamento na rua São Caetano em Itaipava, neste Município. **Autoria: Lucimar Alves Soares. Indicação Nº 21/2022. Ementa:** Indica construção de uma rotatória (trevo) de trânsito na Rodovia do Contorno que liga a ES-060 a ES-487, no local onde atravessa o Bairro Artemis em Itaipava, neste Município. **Autoria: Alcione de Amorim Gomes. Indicação Nº 22/2022. Ementa:** Indica a desapropriação de área de terreno para construção de Praças esportivas, recreação e um Centro de lazer para terceira idade, no Distrito de Itaipava, neste Município. **Autoria: Alcione de Amorim Gomes, Júlio César Ferreira de Magalhães. Indicação Nº 23/2022. Ementa:** Indica reparo e manutenção da pavimentação asfáltica da Rua Onécio Pinto dos Santos, na localidade de Campo Acima, neste Município. **Autoria: Erasto da Costa Rocha. Indicação Nº 24/2022. Ementa:** Indica construção de uma quadra com grama sintética na localidade de Campo Acima, neste Município. **Autoria: Erasto da Costa Rocha. Requerimento de Informação Nº 2/2022. Ementa:** Requer que seja encaminhado expediente ao Sr. Marcelo do Rosário Martins, Diretor Geral do SAAE de Itapemirim, e ao Secretário de Obras e Urbanismo de Itapemirim o Sr. Fernando José Trivisani, solicitando o envio de informações a esta Casa de Leis, requeridas sobre a Estação de Tratamento de Esgoto na Localidade de Graúna, neste Município. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa. O Vereador João Bechara Netto** disse ao Vereador Presidente José Lima que achava importante apreciar de imediato o requerimento acima citado, pois para que o mesmo fosse enviado, deveria



antes ser votado em plenário, em seguida o **Vereador Presidente José Lima** colocou o Requerimento de Informação Nº 2/2022 em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **Veto Nº 3/2022. Ementa:** Veto integral ao incluso Autógrafo de Lei referente ao Projeto de Lei nº 012/2022 cuja ementa "Altera, acrescenta e revoga dispositivos à Lei nº 2.879, de 09 de julho de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Itapemirim". **Autoria: Poder Executivo Municipal.** O **Vereador Presidente José Lima** pediu Urgência Especial para o referido Veto, em seguida a Urgência Especial do mesmo entrou em votação, sendo aprovada por maioria de votos. **Projeto de Lei Nº 14/2022. Ementa:** Autoriza o Município de Itapemirim-ES a filiar-se e contribuir anualmente com a UNDIME-ES – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** **Projeto de Lei Nº 18/2022. Ementa:** Acrescenta dispositivos à Lei Municipal Nº 2.733, de 7 de outubro de 2013 que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Municipal para criar o Conselho Municipal de Fiscalização e acompanhamento do Fundo Municipal de Investimentos. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** O **Vereador João Bechara Netto** deixou claro que o prazo para o município requerer o recurso havia passado, pois foi dia 07 de março e disse que havia um pedido de Urgência Especial no referido Projeto de Lei que precisava ser apreciado pelo plenário e que aproveitaria para deixar sua breve discussão; falou que pelo fato de constar na mensagem do projeto que o prazo para o município se inscrever seria até o dia 07 de março, prazo este já caducado, acreditava que essa seria uma justificativa para dizer a Urgência Especial do Projeto havia perdido o objeto. O **Vereador Presidente José Lima** colocou a Urgência Especial do referido Projeto de Lei em votação, sendo a mesma reprovada por unanimidade. **Projeto de Lei Nº 19/2022. Ementa:** Dá denominação de Rua "Josefa Almeida de Oliveira", em Campo Acima, neste município. **Autoria: Erasto da Costa Rocha.** **Projeto de Lei Nº 21/2022. Ementa:** Institui o Programa "Banco de Ração e utensílios para animais" no âmbito do Município de Itapemirim, e dá outras providências. **Autoria: Júlio César Ferreira de Magalhães.** O **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães** disse que como o referido Projeto de Lei não levava gastos ao Executivo, gostaria de solicitar a Urgência Simples do mesmo para que na próxima sessão já fosse votado. Em seguida o **Vereador Presidente José Lima** colocou a Urgência Simples em votação, sendo a mesma foi aprovada por unanimidade. **Projeto de Lei Nº 22/2022. Ementa:** Reserva aos candidatos(as) negros(as) 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos Concursos Públicos e Processos Seletivos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Municipal, de quaisquer dos poderes, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas Município de Itapemirim. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa.** Após o término do Material de Expediente, o **Vereador Presidente José Lima** comunicou que a sessão seria suspensa por 10 minutos para decidir se o Veto do Prefeito seria mantido ou derrubado. Passado o tempo de 10 minutos, o **Vereador Presidente José Lima** comunicou que o Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando ocuparia a Tribuna Livre. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** cumprimentou a todos e disse que foi convidado pelo Vereador João Bechara Netto para prestar esclarecimentos a respeito do CACS – FUNDEB no Município de Itapemirim; falou que inicialmente era necessário saber o que era o FUNDEB e explicou que é um Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica onde todos os recursos provenientes para a Educação com questão de pagamento para servidor, principalmente os professores, é feito através desse recurso; disse que o Conselho também é responsável pelo controle do PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar) em que é verificado a questão dos transportes, informou que o município recebe uma verba federal em que o saldo atual é de R\$ 700.000,00 (Setecentos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

Mil Reais), que já era a segunda vez em que tal verba foi reprogramada, ou seja, em dois anos o recurso que serve para algum tipo de manutenção em veículos de transporte de aluno não foi utilizado; mencionou que em caso de verificação de controle, assessoramento, o Conselho não tem o poder de decisão do dinheiro, apenas fiscaliza se o recurso está sendo empregado de forma correta, que uma Lei Federal foi criada em 2007 e em 2020 passou por uma reformulação que é o novo FUNDEB, inclusive aprovada pelos vereadores em julho de 2021 e no momento da aprovação houve alguns questionamentos sobre a composição do Conselho por ter diretores e pessoas da Secretaria de Educação com cargo comissionado e disse que mesmo tendo membros de cargo comissionado, o Conselho é totalmente apolítico e não se envolve em questões políticas, apenas na questão de fiscalização dos recursos; disse que a Lei Municipal Nº 3.235 de julho de 2021, aprovada pela Câmara foi nada mais que a cópia da Lei Federal e que o montante que entra nas contas do FUNDEB são recursos provenientes de impostos municipais, federais como por exemplo ISMS, IPVA, ITRM, IFPR, pois 20% desse valor vai automaticamente para a conta do FUNDEB e cria um montante, além da existência da complementação com recursos federais; falou que todo ano o Governo Federal lança uma estimativa no site do CNM (Conselho Nacional de Municípios) de todos os municípios do Brasil de valores a ser recebido por cada um no FUNDEB e para o ano de 2021 o município teve uma estimativa de R\$ 35.000.000,00 (Trinta e cinco milhões de reais), mas foi recebido o valor de R\$ 44.000.000,00 (Quarenta e quatro milhões de reais) e que ainda que as pessoas questionem ser muito dinheiro, não foi suficiente para cobrir todas as despesas com pagamento de pessoal, pois atualmente o município conta com um número muito grande de professores, sendo uma média de 700 professores da Educação Básica com um salário considerado razoável se comparado a outros municípios e que está dentro do plano; mencionou que havia servidores concursados dentro da Educação que atualmente ganham em média de seis a sete mil reais porque as vezes tem duas cadeiras, que existe o plano de carreira que está sendo pago em dia e isso faz com que o valor fique alto não dando para cobrir todas as despesas com pagamento pessoal; falou que houve uma complementação de mais R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais) com recurso próprio, que tudo que estava falando podia ser provado através de uma documentação pública e sua pessoa como presidente do Conselho Municipal do FUNDEB nunca fez questão de esconder nada e até ficou feliz quando foi convidado para prestar esclarecimentos na Tribuna Livre, pois era uma forma de dar transparência ao que acontecia e em relação à situação dos 48 milhões de reais, era possível comprovar o dinheiro que entrou através dos recursos e o dinheiro que saiu com pagamentos; disse que sabia que no ano anterior vigorou muito o questionamento do por que não ter tido abono para os professores da Rede de Ensino do Município de Itapemirim e explicou que o FUNDEB é dividido em duas partes: 70% para pagamento de professores (que passaram a serem chamados de Profissionais da Educação a partir do momento em que o FUNDEB foi fundado) e 30% que podia ser revertido atualmente para manutenção de prédio, compra de material de uso coletivo para aluno desde que esteja dentro dos parâmetros que o MEC tem numa cartilha; mencionou que foi visto que alguns municípios deram abono e o município de Itapemirim não deu e explicou que isso ocorreu porque tais municípios não utilizaram 70% do valor do FUNDEB, em seguida exemplificou dizendo que se o Município de Marataízes gastasse 60% dos 70% destinado, poderia dar de abono aos professores os 10% que sobrou, porém se o município chegar aos 70%, o abono não pode ser dado; disse que Cariacica deu um abono aos professores no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) e explanou que existe o VAAT (Valor Aluno Atual Total) que é um cálculo feito pelo Ministério da Educação (MEC) que prevê que dentro dos recursos que são oriundos para a educação de um determinado município, havendo



um gasto mínimo para o aluno que não for atingido pelo município, este então recebe uma complementação que foi o que aconteceu em dez municípios do ES que foram: Atílio Vivácqua, Baixo Guandu, Cachoeiro, Cariacica, Ibiracú, Ibitirama, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Sooretama e Viana; falou que mesmo Marataízes recebendo a complementação no valor de R\$ 985.000,00 (Novecentos e oitenta e cinco mil reais), o município preferiu colocar em dia os proventos de tempo de serviço, níveis dos professores, enfim, pagar garantias e direitos dos professores que estavam atrasados e que esse cálculo é feito pelo MEC e não por uma decisão do município de mostrar se está ou não investindo; explicou que esse cálculo a ser feito é o recurso recebido pelo FUNDEB que falou inicialmente, tais como ICMS, IPVA, etc. e 20% das receitas que entram no município vai direto para a conta, que o recurso do FUNDEB mais o OIVI que são outros impostos vinculados ao MDE que são oriundos do Governo Federal, juntando o salário-educação à média salarial do professor e também o royalties vinculados à educação e dividindo pelo número de alunos do município teria que dar um total e o total comprovado foi de R\$ 4.837,41 (Quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos), um investimento mínimo que o MEC pedia; falou que o município que investiu 1 centavo a menos que o valor anteriormente citado, entrou no cálculo da verba complementar (VAAT) que foi o caso dos dez municípios mencionados anteriormente; disse que o município de Itapemirim investiu por aluno o valor de R\$ 4.851,50 (Quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) e por isso não recebeu a verba complementar e não teve a condição de dar o abono e que a forma como o valor é investido já parte para questões administrativas. O **Vereador João Bechara Netto** disse que as perguntas que faria seria justamente sobre a questão do abono que foi muito ventilado no final do ano passado numa ordem de serviço que o prefeito assinou no conjunto habitacional entre o Odin e o Nametala e alguns professores gritavam: "Abono ao professor" e o prefeito falou que não havia nenhuma sobra, que o município pagava o melhor salário do estado, justificando então que o município pagava acima do piso salarial do professor, em seguida o Vereador disse que havia entendido o porquê de não ter tido abono e que partiria para um outro lado da pergunta com base no decreto presidencial que estipula um novo piso salarial ou um reajuste de trinta e poucos por cento do piso salarial; **Vereador João Bechara Netto**: perguntou ao Presidente do Conselho Municipal FUNDEB se em sua visão o município de Itapemirim tinha atualmente condição de pagar o novo piso ao profissional da educação da rede municipal. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** respondeu que em sua visão podia até ser dado um percentual de aumento, mas ainda que fosse merecido, pelo trabalho dos profissionais da educação, falando numa questão administrativa, se a folha fosse aumentada, corria-se o risco de depois não haver condições de pagar porque o recurso não é fixo, não era recebido todo ano do Governo Federal, devido ao ano pandêmico, muitos comércios locais deixaram de pagar impostos, alvarás, ICMS, então a receita diminuiu e com isso o valor para o município também foi diminuído e dessa forma, teriam que tirar de um fundo para cobrir o outro fundo; disse que inclusive dentro das autorizações de reajuste do MEC, entre os anos de 2009 e 2011, no governo da prefeita Norma Ayub, foi dado o reajuste conforme o MEC autorizou e dali para frente não foi dado o percentual, que de 2012 até o ano anterior, segundo o MEC, houve uma defasagem de 30% no salário, conforme o reajuste, mas se fosse fazer um comparativo em relação à Lei Do Piso Nacional, consta que o piso é de 40 horas e também pode ser pago de forma proporcional e na proporcionalidade se encontravam realmente "rastejando" no piso dentro do que é lei, porém com o aumento de 33%, o piso de 40 horas estava com o valor de quase R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais) e se fosse olhar pela proporcionalidade, ainda estavam dentro do piso; falou que talvez viesse um reajuste por uma questão de índice



inflacionário em que acreditava que o reajuste seria para todos e inclusive como Presidente do FUNDEB havia solicitado uma manifestação do Prefeito para que o mesmo desse um parecer sobre o reajuste porque quando foi falado no reajuste sobre as perdas até 2020, a Procuradoria se manifestou alegando que não teriam direito por estarem dentro do piso e ser proporcional e conforme a lei era de fato assim; mencionou que os professores poderiam não gostar de sua fala, mas tinha que ser justo, pois havia o poder de fiscalização e assim como o povo fiscaliza os governantes, sua pessoa também tinha o papel de fiscalizar, mas o que expôs era a realidade em que o município se encontrava. O **Vereador Presidente José Lima** perguntou o que ocorreu em relação aos R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais) que deveria ser utilizado na manutenção de transporte escolar. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** respondeu que a verba do PNATE (Programa Nacional de Transporte Escolar) tem atualmente R\$ 712.000,00 (Setecentos e doze mil reais), que tinha acesso às contas no banco e tinha todos os extratos, e caso alguém quisesse conferir, estava disposto a entregar cópias por ofício por que é transparente e não havia nada para ser escondido e sobre a pergunta feita disse que o valor acima citado era para manutenção dos ônibus no caso de quebrar algum farol, ter o pneu furado, só que competia à sua pessoa fiscalizar tal situação; disse que o dinheiro havia sim sido usado e só é aprovado o uso para ser utilizado de forma correta, porém se foi ou está sendo usado, se o município quer ou não usar, que no dia corrente teve uma informação no momento em que solicitou o saldo atualizado que uma técnica "lá de dentro" informou que "eles" já estavam fazendo um projeto para a utilização desse valor para manutenção de ônibus, só que há dois ou três anos esse dinheiro vinha sendo reprogramado e que o valor atual de R\$ 712.000,00 (Setecentos e doze mil reais) em conta não foi usado em anos anteriores; falou que a verba não podia ser utilizada para a compra de ônibus, mas sim para a manutenção. O **Vereador Presidente José Lima** disse que isso mostrava que não se justifica haver escolas sem transporte escolar. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** disse que a verba existe. O **Vereador Presidente José Lima** falou que o que acontecia era falta de competência mesmo. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** falou que não diria falta de competência, mas de repente, uma falta em relação a utilizar o recurso de forma correta, que o ano passado e atrasado, os ônibus praticamente não circularam devido ao período de pandemia e, portanto, tiveram dois anos de manutenção parada. O **Vereador Renildo Peçanha** falou que já chegou várias vezes na Secretaria de Transporte e viu ônibus escolares parados esperando peças para manutenção, em seguida questionou ao Presidente do FUNDEB Luiz Fernando o porquê de não terem trabalhado na manutenção preventiva já que tiveram dois anos de pandemia e havia o recurso, pois dessa forma, quando chegassem no início do ano, que havia a perspectiva de que a pandemia acabasse e os alunos voltassem, os ônibus estariam todos com manutenção, em segurança e perfeitos para atender a população. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** respondeu que assim como o Conselho do FUNDEB, dentro das contas do FUNDEB, o poder é de fiscalizar e não de deliberar sobre o uso do recurso e que isso acontece também no Programa do PNATE, onde existe o recurso e a utilização deste é aprovada; falou que no final do ano tem um parecer que é emitido pelo MEC junto ao SIOPE, dados são preenchidos e o recurso é ou não aprovado, porém há dois anos o recurso vem sendo reprogramado e não compete a sua pessoa responder o porquê do recurso não ter sido usado, mas responder que não foi usado e realizar a fiscalização; mencionou que no ano passado fez uma rota de fiscalização no interior, observou alguns ônibus precisando realmente de manutenção, sinalizou e disse que talvez o projeto esteja saindo e que a parte que compete a sua pessoa foi feita. O **Vereador João Bechara Netto** perguntou se a criação



do Fundo Municipal de Educação foi amplamente debatida com o Conselho do FUNDEB. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** respondeu que existe sim a representatividade do FUNDEB no Conselho Municipal de Educação, que não era sua pessoa que fazia parte até porque foi algo dividido, que houve uma conversa da qual não participou e então não poderia dizer se a criação do Fundo Municipal de Educação foi amplamente ou rapidamente discutida, pois seria leviano e mentiroso e por conta de indagações, já havia solicitado a troca da representatividade junto ao Conselho Municipal de Educação, pois ainda que fique sobrecarregado às vezes é melhor estar presente do que um outro conselheiro que as vezes não vai entender ou não vai ter noção das contas, valores que entram e saem como sua pessoa tem. O **Vereador João Bechara Netto** disse que compreendeu a resposta dada e disse que no projeto em si o que tinha era uma ata de uma reunião, na qual a reunião não foi convocada para a finalidade de discutir a criação do Fundo, que tem uma frase de duas linhas que diz foi publicado no assunto a criação do Fundo e todos concordaram, mas que não existe uma ata específica para essa finalidade e por isso na ocasião absteve seu voto, pois não teve da Secretaria de Educação os elementos que solicitou para formar um juízo de valor; mencionou que teria outras perguntas, como por exemplo, questão de fluxo de caixa, entradas e saídas, cópia de prestação de contas, quantos professores contratados, quantos efetivos, quantos pagos com FUNDEB, quantos são pagos com recurso que tem que complementar a folha, mas como tais questões eram extensas, faria por escrito e até preferia, pois como disse o Presidente do FUNDEB, a documentação é pública, de acesso para todos e não tem nada para ser escondido; agradeceu e parabenizou a presença do Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando e disse que achou importante o mesmo não ter negado estar presente na Casa, pois estavam se deparando com Secretários Municipais que têm medo de ser indagados. O **Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB Luiz Fernando** agradeceu e disse para finalizar que da mesma forma que tem o papel de fiscalizar, os vereadores também têm, que o Conselho estaria sempre de portas abertas para qualquer informação que a Casa necessite, que não precisavam passar por A ou B, por administração porque o Conselho tinha autonomia para isso e sua pessoa tendo a informação e estando o pedido oficializado, a Casa terá acesso a tudo que for necessário. O **Vereador Presidente José Lima** disse ao Presidente do Conselho Municipal Luiz Fernando que a Casa agradecia sua presença e o parabenizou pelo trabalho; disse que a Casa convidaria todos os presidentes de Conselho para prestar o serviço prestado pelo Presidente do Conselho Municipal Luiz Fernando, pois era muito importante para todos. Em seguida deu-se início ao **PEQUENO EXPEDIENTE**: O **Vereador João Bechara Netto** cumprimentou a todos, pediu à servidora Larissa que colocasse na TV do plenário alguns registros fotográficos, relatou que no dia anterior havia visitado o Hospital Menino Jesus, que seu foco foi o Centro de Hemodiálise e a UTI e quem o atendeu foi Joel Marvila de Itaipava e logo em seguida chegou a Diretora Administrativa Ariana que os acompanhou no início da visita; falou que muitas coisas foram mudadas dentro do hospital, que a parte de manutenção de estrutura estava bastante avançada; mostrou através de imagens e vídeo na TV, o Centro de Hemodiálise e falou que o mesmo não estava funcionando; disse que havia uma foto, na qual o prefeito Thiago Peçanha anunciou em rede social a nova conquista, ou seja, a inauguração do Centro de Hemodiálise em 1º de outubro e dia 1º de abril faria seis meses que o mesmo havia sido inaugurado e não estava funcionando, mas que havia no Centro de Hemodiálise um investimento referente às dez máquinas e às dez cadeiras da hemodiálise que não são patrimônio do município, mas sim alugados e a diária mensal de cada cadeira, de cada máquina é de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) ao mês que totalizam R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) mensais só para manter as



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

cadeiras no hospital e o município vem pagando isso desse outubro e já custeou R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais) mensais só na locação das dez cadeiras; acrescentou que na parte externa do hospital tem uma estrutura de purificação de água, pois a água utilizada na hemodiálise tem que ser altamente purificada e em relação às adaptações da estrutura física montada aliada ao custo de locação das dez máquinas, disse que imagina haver tido um investimento de mais de um milhão de reais; mencionou que existem exigências da Vigilância Sanitária para o funcionamento do Centro de Hemodiálise e a informação que teve é que estão aguardando o resultado laboratorial da análise da água e existia uma preocupação em relação a esse resultado, pois se os critérios da Vigilância Sanitária não forem atendidos, o Centro de Hemodiálise não poderia funcionar e a preocupação se deve à qualidade da água e quem é do distrito conhece a qualidade, pois a água é bombeada da estação elevatória de água do Orobó para a ETA do Gomes, para que do Gomes seja bombeada para o distrito de Itaipava, complementou dizendo que isso acontece porque a Estação de Tratamento de Água de Itaipava é uma obra inacabada; falou que existe um investimento e o que esperavam é que a população usufruísse desse serviço, pois havia pessoas no município que estavam fazendo hemodiálise na Grande Vitória; disse que os vereadores aprovaram o Projeto de Lei para custear o Centro de Hemodiálise no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) mensais com doze parcelas, que as parcelas referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março já haviam sido repassadas totalizando até então o valor de R\$ 1.050.000,00 (Um milhão e cinquenta mil reais), em seguida questionou onde estaria sendo utilizado esse dinheiro se o Centro de Hemodiálise não estava funcionando e falou que teoricamente estaria sendo utilizado na gestão do hospital, já que o Projeto de Lei do novo convênio não foi apreciado pela falta da prestação de contas do convênio anterior, em seguida mostrou na TV do plenário, duas fotos de dois leitos desocupados na UTI, pois não podia tirar foto de paciente internado e entubado e disse que a informação que teve do Joel foi que basicamente a UTI do hospital está sendo mantida com verba ministerial, ou seja, o Ministério da Saúde está enviando a verba porque foi cadastrado como UTI COVID e o Governo Federal manda um pouco mais de quatrocentos mil reais sendo que o valor aprovado no Projeto de Lei foi de R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil) mensal, em seguida questionou em que esse recurso estaria sendo utilizado já que a verba federal está mantendo a UTI e reforçou que teoricamente os trezentos e cinquenta mil reais mensais da UTI e os quatrocentos e oitenta mil reais mensais da hemodiálise estariam sendo utilizados para manter a gestão do Hospital Menino Jesus; finalizou dizendo que foi muito bem atendido e recebido no Hospital Menino Jesus, mas a conclusão que chegou foi a de que o dinheiro estava sendo desviado de finalidade para outra aplicação, não aquela aprovada na Casa de Leis. O **Vereador Renildo Peçanha** cumprimentou a todos e disse que havia pedido a fala no Pequeno Expediente apenas para ler o Ofício nº 171, protocolado no dia, sobre sua destituição da liderança de governo e após a leitura falou que o Ofício era de novembro de 2021 e teve que protocolar novamente na Câmara porque o Executivo engavetou o Ofício de seu desligamento do Governo; falou que alguns colegas desconheciam o protocolo do Ofício e brincavam chamando-o de "meu líder de governo", em seguida questionou como ser líder de governo se não existia respeito pelos vereadores, pelo menos os que se dizem da base, disse que não existia respeito pela população; questionou para que um líder de governo se não existe uma abertura do governo de conversa para tentar manter a união entre o Executivo e o Legislativo; falou que em sua opinião as pessoas tem que trabalhar em conjunto, mas muitos acham que tudo que conquistaram na vida foi sozinho, mas que sem a família, amigos e pessoas próximas não se consegue nada; mencionou que estava se desvinculando, mas também desabafando pela falta de respeito que os vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

tiveram do período em que sua pessoa estava, referente à legislatura de 2021, até o atual momento, pois tudo que pensavam em fazer em prol da população encontravam dificuldade e desse jeito não chegariam a lugar nenhum. O **Vereador Alcione de Amorim** cumprimentou a todos e falou que o desabafo do Vereador Renildo Peçanha é sentido na pele, que entre os vereadores sempre teve respeito independente de ser lado A ou B, que os vereadores já fizeram mais de trinta indicações e infelizmente nunca tiveram resposta de uma, mas como são vereadores de comunidade são cobrados pelo povo; falou sobre a retirada dos quiosques e solicitou à servidora Larissa que colocasse na TV do plenário imagens das ruas de Itaipava cheias de lixo e disse que a prioridade de retirada do lixo era maior que a retirada dos quiosques; disse que é católico, que sabe que em Itapemirim tem bastante pessoas evangélicas e respeita cada uma dessas pessoas, mas que no último final de semana teve um show muito bom de Aline Barros e Fernandinho em Garrafão e cada show custou R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), totalizando o valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), por outro lado há mais de quatro meses, mais de duas famílias estavam vulneráveis sem receber cesta básica e que se tinha que colocar na balança as duas necessidades do município; mencionou que recentemente havia sido aprovado pela quitanda o valor de R\$ 11.098.000,00 (Onze milhões e noventa e oito mil reais), que todo ano era um valor muito alto, mas todo ano faltava. O **Vereador Antônio Carlos Helvécio** cumprimentou a todos, falou que esteve no Hospital Menino Jesus conversando com Joel e uma moça que trabalha junto com o mesmo e foi muito bem recebido; disse que conversou com os responsáveis citados sobre a prestação de contas do orçamento passado que foi aprovada pela Casa, a qual acredita ter sido em torno de quinze milhões de reais a ser repassado para a Santa Casa para trabalhar o Hospital Menino Jesus e que ainda não havia chegado na Casa e o Joel lhe disse que todos os processos foram feitos, que já foram ou estão sendo enviados ao Executivo para análise, que a prestação de contas em breve será feita e logo chegará à Casa, em seguida relatou que disse ao Joel que o mesmo era um parceiro de longas datas, mas que sua pessoa não havia sido eleita pelo povo para brincar de ser vereador, de ser político e que faria o seu trabalho durante os quatro anos sem ser omissos; disse ainda que falou para Joel que os vereadores têm um projeto que irá para votação que no momento estava em torno de R\$ 18.000.000,00 (Dezoito milhões de reais) de repasse, que a saúde é algo importante, mas que deixou claro que mesmo sendo saúde, se o projeto de repasse de dezoito milhões chegar na Casa e a prestação de contas não tiver chegado antes, seu voto será contrário ao repasse; questionou como um vereador vai aprovar um repasse de 18 milhões se a prestação de contas do repasse de 15 milhões ainda não havia chegado, em seguida disse que seria vergonhoso a Casa aprovar um projeto desse, que os vereadores tinham que cobrar isso e entender o porquê da prestação de contas ter saído de pauta; falou que os vereadores não podiam só ficar falando e nada aparecer de transparente para a população, pois na Casa muitos falavam, mas poucos agiam ou tinham vontade de agir, que na rua se vê a população dizendo que a Casa é omissa, que os vereadores não ganharam a eleição para ficarem omissos e tinham que trabalhar, que mostrar serviço para a população porque é para a população que cada um trabalha, inclusive o Dr. Thiago do Executivo, que tinham que entender que não eram e nem o prefeito era patrão de ninguém e patrão era a população, aquele que trabalha de sol a sol para pagar o salário alto para os vereadores e muito mais alto para o Prefeito; mencionou que a população tem buscado a resposta, mas a Casa não tem dado a resposta que a população precisa e que se está ruim para os onze vereadores estava muito pior para a população e por isso deveriam se unir e mostrar para a população e principalmente para Dr. Thiago o porquê de terem chegado onde estão porque ter vereador para ficar sentado e não tomar nenhuma atitude fica fácil com R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais) no



bolso de cada um todo mês. O **Vereador Presidente José Lima** cumprimentou a todos, deu graças a Deus porque as coisas pareciam estar tomando um rumo diferente e falou que tirava o chapéu para os vereadores, pois realmente foram eleitos para representar a população e não representar prefeito que não representa o seu povo; citou o desabafo feito pelo Vereador Júlio César Ferreira na sessão passada sobre a retirada dos quiosques e disse que foi falta de respeito com os quatro vereadores da base do litoral, pois os mesmos e nem a população foram chamados para conversar sobre a retirada; elogiou a atitude do ex-líder de governo Renildo Peçanha e disse que quando o vereador não é escutado não há como permanecer junto; falou que tem muitas pessoas em sua comunidade em Santo Amaro reclamando, pois muitos votaram querendo no mínimo uma boa estrada para transitar e não tem, que há pessoas dizendo que está faltando ônibus para o transporte das crianças por estar quebrado e o Luiz Fernando, Presidente do FUNDEB declarou na Tribuna Livre que há recurso para manutenção, sendo assim, disse que o que estava faltando era gestão e competência porque dinheiro tinha; falou sobre o dinheiro ir para o Centro de Hemodiálise e UTI e mesmo assim não funcionar, sobre as estradas no interior que estão quase intransitáveis e que na próxima sessão Secretário de Interior estaria presente e perguntariam o porquê disso; mencionou que o orçamento passou de meio bilhão de reais, sendo assim, tem dinheiro para saúde, educação, agricultura, para tudo, só não tem prestação de serviço de qualidade e quando os vereadores cobram prestação de serviço não é para eles e sim para a população que representam; disse que está faltando respeito com a Câmara Municipal, com os vereadores, principalmente da base, que a função destes é legislar, fiscalizar, que são atribuições legais, mas não são atendidos pelo Executivo; falou que não queriam criar situações de impedimento, mas queriam que as coisas funcionassem, pois a população não merecia transitar por estradas ruins e ter uma saúde precária com pessoas madrugando para conseguir uma consulta; disse que estavam tendo reclamações do Secretário de Agricultura de que o mesmo não estaria prestando um bom atendimento e teriam que convidar alguns secretários para darem explicações, pois são pagos para prestar serviço de qualidade. Em seguida passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE**: O **Vereador Antônio Carlos Helvécio** disse que não tinha constante acesso ao prefeito e acreditava que nenhum dos vereadores tivesse, nem mesmo a base, que a verdade era que a base do prefeito Thiago era ele próprio, pois em todas as reuniões que tiveram com o prefeito, ele mesmo disse que não precisava de vereadores para ser prefeito, mas que o mesmo estava totalmente enganado, pois eram os vereadores que não precisavam de prefeito para ser vereador; disse ainda que o prefeito precisava da Casa para governar, pois sem diálogo fica difícil trabalhar, conforme a fala do Vereador Júlio César Ferreira; mencionou que o Vereador Presidente José Lima foi muito sábio em sua fala quando disse que o Prefeito Thiago não tinha que atender os vereadores, mas sim o munícipe, o eleitor que acreditou e deu o voto a ele, porém estes vivem igual sapo na lama quando chove, pois não tem como sair de casa com as ruas totalmente alagadas; falou que os vereadores como porta-voz da população, independente de quem acreditou e votou ou não acreditou e votou, ganharam a eleição e tem a missão de representar o povo; disse que a população muita das vezes não tem acesso ao prefeito porque não é fácil falar com o mesmo e não sabia se o prefeito tinha um dia específico para atender a população, mas se não tinha, deveria ter pelo menos dois dias na semana para receber o povo, pois quando o político quer voto é muito fácil bater nas portas, mas na hora de receber o povo se escondem e isso era vergonhoso; disse que estavam em ano eletivo e queria ver quem teria coragem de entrar no Monte Aghá para pedir voto com voluntário realizando serviço que era para ser realizado pelo Executivo, que queria ver quem entraria na Ilha do Gato para pedir voto para Deputado com um ponto de ônibus destruído fazendo com que as pessoas tenham



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

que esperar o ônibus debaixo de sol ou de chuva, em seguida disse que a situação era vergonhosa, que era necessário trabalhar para atender as dificuldades do município e talvez se veja um ou dois gatos pingados indo nesses locais pedir voto para o prefeito por estar empregado e ter um bom salário, mas não estava na posição de julgar as pessoas; mencionou que mostrou para a Secretaria Regional de Itaoca/Itaipava a Rua Djalma Cunha, pois precisa urgentemente de manutenção, em seguida relatou que desde o ano de 2017 cobrava manutenção para a Rua Vinicius de Moraes, que inclusive é morador, e relatou que foi jogado nesta um concreto, agradeceu a Wallace pelo empenho, porém cobrou ao Marcelo – Diretor do SAAE, pois o trabalho da rua estava parado, foi feito apenas um trabalho paliativo e o asfalto não ficou pronto e isso já fazia cinco meses; complementou dizendo que sua pessoas, assim como outros moradores não pagam para ter serviço paliativo, que paga caro e exige que o município faça um trabalho de qualidade; falou de outra situação em que um funcionário da Casa mostrou uma foto de 25 metros de comprimento que rasgaram no centro de Santo Amaro e Marcelo – Diretor do SAAE jogou saibro e isso já vai fazer um ano e ao ser cobrado o mesmo respondeu que quando o bolo fosse feito era para convidá-lo, em seguida o Vereador Antônio Carlos Helvécio falou que isso era inadmissível e que não acreditava que a fala de Marcelo havia sido uma brincadeira e que ao invés deste esperar fazer o bolo, gostaria de pedir sua atenção para ir antes ao local e fazer o serviço, pois o povo não pagou para ter um serviço bagunçado que foi iniciado e largado; falou aos vereadores que tinham que deixar de ser omissos e fazer o papel de vereador, pois era para isso que ganhavam; disse que havia feito indicação há um ano para calçamento da Rua do Sr. Rogério no Calafate e nem visitar a rua Dr. Thiago foi, que o Calafate estava esperando Dr. Thiago ir pedir voto para Deputado Estadual, pois se entrasse sairia corrido. O Vereador **Júlio César Ferreira** cumprimentou a todos, disse que ficou preocupado com a fala do Vereador João Bechara Netto em relação ao aluguel das cadeiras de hemodiálise e a questão da água que precisa ser purificada, elogiou o atendimento de Joel aos vereadores ao visitarem Hospital Menino Jesus, sugeriu ao Executivo que caso a questão de purificação da água para fazer o tratamento fosse demorar, que as cadeiras de hemodiálise, que são alugadas, fossem devolvidas até que tudo estivesse pronto para funcionamento, já que o aluguel fica caro; mencionou que a pior coisa que pode existir dentro da população é a chamada ignorância, que as pessoas acham que ser ignorante é quando se recebe uma resposta bruta de alguém, quando alguém age com grosseria e em seguida disse que ignorância nada mais é que a ausência de conhecimento acerca de algum assunto e para os vereadores que são cobrados por aqueles que os elegeram é muito importante que tenham a publicidade, que as pessoas acompanhem de casa a sessão para ver o que está acontecendo, as decisões que estão sendo tomadas, mas que pior que estar ignorante acerca do que acontece, é saber a verdade de forma distorcida, pois na presente semana sua pessoa havia sido vítima de mensagens de pensamentos de algumas pessoas que tiveram a coragem de pegar uma “mexida” que o prefeito Thiago fez com um funcionário competente, que inclusive é de sua família e trabalha antes mesmo de Dr. Thiago ser prefeito, que sobre isso teve pessoas que fizeram uma montagem com um vídeo editado, contendo sua fala da sessão anterior sobre o desrespeito da derrubada dos quiosques e no final lembrando a situação da história de sua família, como se tudo fosse um teatro e no vídeo falavam sobre como receber uma promoção para alguém da família, em seguida questionou que promoção, se o rapaz de sua família que estava trabalhando foi mudado de cargo, mas continuava tendo os mesmos rendimentos; questionou ainda que promoção poderia ter havido de um assessor especial para um subsecretário se o próprio secretário não tinha poder de decisão; relatou que seu sobrinho questionou comentando na publicação do vídeo que estava na prefeitura antes mesmo de Dr. Thiago ser prefeito



e a resposta dada pelo autor da publicação foi que se ele estivesse equivocado, que fosse mostrado o equívoco, pois assim retiraria a postagem que havia sido feita da forma que recebeu; falou que na publicação de nomeação do atual cargo de seu sobrinho, constava também que o mesmo estava sendo exonerado do cargo anterior, em seguida pediu respeito pelas pessoas, pelas mudanças feitas pelo prefeito e pediu que parassem de atribuir isso a sua pessoa e ao seu sobrinho; disse que havia pelo menos cinco vereadores que escutaram sua conversa com o prefeito de que não queria vagas de emprego, pois em sua campanha não prometeu emprego para as pessoas e quando estas pediam, dizia que como vereador as levaria ao prefeito para falarem de suas necessidades, que a prova de que não se curva ao prefeito é que não foi a favor da criação de novos cargos da própria Câmara, que não estava no cargo de vereador para fazer barganha relacionada ao Executivo, que para sua pessoa não existe oposição, existe vereador que vota no que é errado e vereador que vota no que é certo, mas que os atuais vereadores tem acertado em praticamente 90% das decisões, que acha que a Câmara nunca teve vereadores tão unidos, pois se respeitam e visam o que é melhor; encerrou sua fala pedindo respeito às pessoas que fazem postagens e compartilhamentos, pois postagens erradas entristeciam os vereadores e que o blog que fez a postagem pegasse sua fala sem legendas que induzissem as pessoas a enxergarem da forma como quem posta quer que as pessoas enxerguem, que na legenda colocassem apenas que o vereador estava fazendo um desabafo e assim deixasse a população entender o que foi dito pelo mesmo, pois se quem posta não entendeu o que foi dito, o que foi decidido, que então não colocasse suas ideias e fizesse as publicações de forma correta. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** cumprimentou a todos e em sua fala cobrou um requerimento apresentado na Câmara relacionado à Estação de Tratamento de Esgoto da Comunidade de Graúna, uma obra iniciada no ano de 2017 que almejavam o término; falou que soube recentemente que a outorga havia sido liberada e estavam aguardando a conclusão de algumas extensões de tubulações para que o esgoto começasse a funcionar, que a cobrança era para o Secretário de Obras Sr. Fernando e ao Marcelo do SAAE para que não medissem esforços para responder o requerimento, apresentar a data e as possíveis providências para a Estação de Tratamento de Esgoto começar a funcionar em Graúna, pois a comunidade ansiava por isso; mencionou que em relação ao Centro de Hemodiálise foi surpreendido pelo alto valor dos aluguéis das cadeiras e que acreditava que o aluguel só deveria ser cobrado a partir do momento em que fosse iniciado o serviço de hemodiálise; disse que também faria uma visita ao Hospital Menino Jesus junto ao Joel para cobrar mais informações relacionadas ao Centro de Hemodiálise; agradeceu à equipe de obras que estava em Campo Acima, pois havia sido feita uma solicitação referente a Rua Joel Ribeiro do Nascimento, mais conhecida como Rua dos Ciganos e disse que a Comunidade de Campo Acima vinha sofrendo muito com falta de pavimentação, esgoto e outras estruturas, mas que graças a Deus o serviço estava sendo realizado; falou que havia recebido a boa notícia de que será construído num terreno, no Bairro Boa Esperança, não sabia ao certo se uma Quadra Poliesportiva ou um Campo de grama sintética, mas o que viesse estaria bom e a população agradecia; citou a Rua Alfredo Anacleto Jacinto Ribeiro em Campo Acima e disse que a mesma seria também pavimentada, pois quando chove a rua fica intransitável; disse que cobraram do Executivo Municipal uma estrutura melhor para atender a Escola Municipal de Campo Acima e que o Executivo se comprometeu a ver um terreno e construir uma Escola Municipal que atenda a demanda da Comunidade, em seguida falou que na presente data havia passado a tarde toda reunido com a Secretária de Educação, Willian, Joelma e Cristina, pois a demanda de educação é muito grande e de 2018 a 2021 com a educação funcionando remotamente, ao voltar com seu funcionamento normal, os problemas também chegaram;



falou que soube que ainda na presente semana seriam liberados três vans e um ônibus para atender o transporte escolar, citou os alunos do EJA em Garrafão que se encontram sem transporte escolar e relatou que no presente dia a Secretária de Educação Viviane havia lhe mostrado sua cobrança ao Governo do Estado para que enviasse à Secretaria de Educação a solicitação para que o município possa atender o EJA em Garrafão; relatou que também no presente dia conversou com Fernando na Secretaria de Obras e recebeu uma autorização para visitar o Bairro Cohab, pois a comunidade vem cobrando uma demanda de extensão de rede e aproximadamente 500 metros de pavimentação de asfalto para liberação de uma rua no portal em Paineiras; falou que o evento gospel em Garrafão chamou sua atenção porque viu pessoas do município sendo agraciadas e em seguida agradeceu ao Executivo pelo evento juntamente com a Secretaria de Turismo e todos que participaram da organização. O **Vereador João Bechara Netto** falou sobre sua visita durante a semana nas escolas do campo, sendo estas a Escola de Bom Será, Escola Josefa em Paineiras e também na Escola do Afonsos; disse que fez esse roteiro porque são três escolas na qual a mãe dos alunos de 1ª, 2ª e 3ª série que estudam na mesma sala pedem o desdobramento da turma porque estão vendo que os alunos não estão conseguindo aprender absolutamente nada; relatou que a Escola de Paineiras tem seis salas, mas apenas três delas são utilizadas e só funciona no turno matutino, em seguida explicou que tem uma sala para o 4º e 5º ano, outra sala para a 1ª, 2ª e 3ª série e mais uma sala para pré-escola; disse que a sala que atende a 1ª, 2ª e 3ª série tem muitos alunos para uma só professora e a pedagoga, a pedido das mães dos alunos, solicitou o desmembramento e a Secretaria de Educação estava no prazo para decidir sobre; mencionou que em relação à Escola de Bom Será existem dois pedidos de desmembramento de turma, porém o problema ia mais além, pois falta professor auxiliar e cuidador para aluno especial e na localidade há um aluno deficiente visual necessitando de um professor de braille, alunos cadeirantes e autistas, só que quando é feita a chamada de professor, a Escola de Bom Será não aparece na chamada com a demanda para professor auxiliar e sua pessoa já havia constatado que o erro não partia da escola, mas de dentro da Secretaria Municipal de Educação e era como se a Escola de Bom Será não tivesse tal demanda; pediu encarecidamente à servidora Gerente da Educação Especial Cassandra Brasil que atendesse a demanda da Educação Especial da Escola em Bom Será, pois cinco alunos não estavam frequentando a escola por falta de professor auxiliar; falou que não adiantava colocar cuidador para aluno especial, pois estes alunos precisam de um professor que transmita o conteúdo na linguagem que eles entendam; disse que não aceitaria nenhum tipo de discriminação para com o aluno especial e nem com as escolas do campo e que tinha a informação real de que os responsáveis pela Educação Especial enviam para a Secretária de Educação Viviane Peçanha uma relação de todos os alunos especiais com nome completo e CID (Código Internacional da Doença) e nessa relação alguns nomes são riscados e outros não, sendo que os que são riscados são para não serem atendidos e os que não são riscados para serem atendidos logo, o que faz parecer que estão escolhendo quem "eles" querem atender; falou que entende que um professor auxiliar atenda dois ou três alunos, mas que não funcionava um professor ficar sobrecarregado atendendo cinco, seis alunos; disse que o desdobramento de turmas na Escola do Afonsos era uma realidade e iria acontecer, mas que o desdobramento de turmas na Escola de Bom Será iria amenizar o problema, não resolver, pois o tamanho da escola não atendia mais a demanda educacional da comunidade; disse ainda que o município já adquiriu um terreno na comunidade de Afonsos para construir uma nova escola, mas as escolas do campo são sempre deixadas por último ficando com "as migalhas do pão que cai da mesa do senhor", em seguida reforçou que não aceitaria discriminação e tratamento desigual com as escolas do campo; relatou que para



desdobrar era preciso monitorar a turma, pois "eles" não confiam nas informações que o pedagogo passa, colocando o trabalho deste em cheque, disse que se o pedagogo coloca no papel que existe a necessidade de desdobrar a turma, este tem a capacidade de enxergar que os alunos tem dificuldade até porque as mães estão reclamando e em seguida questionou o porquê de monitorar a turma; mencionou que o monitoramento das escolas de Paineiras e Afonsos foi feito com o transporte escolar parado, sem funcionar e que isso parecia uma manobra para que quando o técnico da SEME fosse até as escolas, constatasse que as salas estavam vazias, em seguida relatou que falou sobre o Afonsos na sessão do dia 22 de fevereiro e nesta mesma semana, véspera de carnaval, estiveram lá e havia quinze alunos na sala de aula, em 03 de março, após o feriado de quarta-feira de cinzas voltaram e havia oito alunos na sala de aula, e o transporte parado chegando a ficar três semanas quebrado; complementou dizendo que na quinta-feira da semana anterior retornaram e havia vinte e cinco alunos na sala de aula, praticamente "um em cima do outro", a professora pedindo socorro sem saber o que fazer; falou que o desdobramento da turma era urgente, que não tinham que ficar empurrando quinze dias com a barriga, pediu encarecidamente ao Gerente Geral Weverton Arcanjo que resolvesse os desdobramentos da turma das Escolas acima citadas; questionou o porquê de tratarem as escolas do campo de forma desigual e disse que nestas dificilmente se vê uma sala de informática pequena, que o aluno do campo quando chega no sexto ano, mal sabe mexer num computador; falou que "eles" alegam a contratação excessiva de professor, que tinham que monitorar para não contratar professor em excesso, em seguida disse que para desdobrar uma turma tinha que contratar no mínimo um professor regente que é aquele que ensina as matérias principais, três professores para as respectivas áreas: inglês, educação física e artes e em seguida alegou que alguns professores das áreas já foram contratados e que se a carga horária fosse ampliada, atenderia também a turma desdobrada; disse que "eles" ficam querendo economizar o dinheiro para não contratar professor, dessa forma, sacrificando o aluno, o profissional, a escola e era sabido que a única categoria de profissional que pode receber como salário, dinheiro de royalties do petróleo é o professor da Rede Municipal de Ensino e portanto a Secretaria de Educação não poderia vir com essa de dizer que não poderia contratar porque não tinha dinheiro para pagar; solicitou à servidora Larissa que mostrasse na TV alguns vídeos de sua visita nas escolas do campo referente a tudo que relatou, em seguida disse que não desistiria, que cara feia, mal olhado e bico não o faria parar de cobrar, que continuaria cobrando e expondo o nome das pessoas responsáveis pelos setores porque acreditava que fazendo isso, resolveriam; clamou que saíssem da zona de conforto, do comodismo e resolvessem o problema das escolas mencionadas. O **Vereador Presidente José Lima** disse que os vereadores visitaram as escolas mencionadas pelo Vereador João Bechara Netto e que o mesmo não estava mentindo, que o distrito de Piabanha estava realmente passando um perrengue, que a Escola da Penha, onde estudou um deputado que nos últimos dias estava defendendo o Executivo, estava abandonada, com o muro caído, citou uma estrada próxima à Escola do Afonsos que passa pelo barro roxo que o pessoal tem reclamado de abandono e também estradas que estão quase intransitáveis na Comunidade de Santo Amaro; falou que estavam vivendo um momento que parecia que falavam para ninguém ouvir, que no final mês os onze vereadores da Câmara iriam até Itapecoá, um distrito que também está abandonado, ouvir a população, que os vereadores juntamente com sua equipe visitariam todos os distritos e comunidades para ouvir a demanda da população e que isso não era política, mas sim, prestação de serviço; disse que seu sonho ao ser eleito vereador não era ser contra A, B, C, mas que houvesse comunicação com o Executivo e que este resolvesse o problema, que a partir do momento que o setor público for tratado com respeito e



seriedade, a coisa vai funcionar, pois o grande problema é o desrespeito com o dinheiro dos outros e quando chegaram na Casa existia uma dívida de quase um milhão de reais; disse ainda que receberam o duodécimo do ano passado, que não chegou a nove milhões de reais, mas que no ano corrente está chegando no valor de onze milhões de reais e o dinheiro era para ser gasto dentro da Casa, que não podiam calçar rua, ter uma motoniveladora e o que mexeram foi porque teve recurso para pagar, pois o dinheiro era para manutenção da Casa, para o pessoal da Casa e da mesma forma tinha que ser tratado no Executivo; mencionou que estavam aguardando uma prestação de contas de um hospital referente a um convênio no valor de R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais) e até o presente momento não havia chegado na Casa, que devia haver transparência em relação a mostrar para a população para onde está sendo destinado o dinheiro do povo e quando isso for feito não haverá mais estrada esburacada, não faltará professor, médico, remédio porque o dinheiro estará sendo gasto com a população e era isso que esperavam do setor público. Após o término do Grande Expediente, o **Vereador Presidente José Lima** pediu a prorrogação da sessão por trinta minutos, em seguida colocou em votação, sendo a prorrogação aprovada por unanimidade. Em seguida foi dado início à **ORDEM DO DIA: Veto Nº 3/2022. Ementa:** Veto integral ao incluso Autógrafo de Lei referente ao Projeto de Lei nº 012/2022 cuja ementa "Altera, acrescenta e revoga dispositivos à Lei Nº 2.879, de 09 de julho de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Itapemirim". **Autoria: Poder Executivo Municipal.** O Veto entrou em Discussão Única. O **Vereador João Bechara Netto** disse que gostaria de entender o que faz o prefeito jogar tão sujo com a Câmara igual jogou no referido veto e que falava isso respaldado no projeto que recentemente a Casa, por maioria de votos, aprovou para regularizar 216 (duzentos e dezesseis) cargos comissionados, que quando era para beneficiar "ele" era moral e econômico e quando é para ajudar a estrutura da Câmara era antieconômico e imoral; falou que o prefeito usa alguns vereadores, a maioria, para aprovar o que ele quer e expõe a Câmara quando faz um veto ridículo desse que ele fez, inclusive colocando na justificativa de veto contas rejeitadas do ex-presidente que não tem nada a ver com o projeto de 2019 e 2020, expondo um ex-presidente que não está mais presente na Casa para se defender, dentro de uma mensagem de veto totalmente confusa, usando dois processos do Tribunal de Contas, um dentro do outro para poder expor a figura do ex-presidente Manoel Delfino Amaro, em seguida falou que esse tipo de jogo sujo, imundo, nojento não poderia prosperar, que como disse o Vereador Antônio Carlos Helvécio, os vereadores tinham que tomar uma posição, parar de deixarem ser usados e tomar postura na Casa; questionou o porquê de que tudo para o prefeito pode e para a Câmara não pode, o porquê de ter deixado para vetar aos quarenta e oito do segundo tempo, pois o veto havia chegado na sexta-feira por e-mail no final da tarde e que era para ganhar tempo, prejudicar a Casa, expor os vereadores ao ridículo; questionou ainda quem era o Prefeito Thiago para falar em moralidade, pois era o prefeito que mais praticava imoralidade na administração pública; indagou o porquê ser tão omissos e abaixar a cabeça e disse que era para não agirem dessa forma porque a omissão da maioria da Casa fazia com que a Câmara ficasse desmoralizada, que o prefeito não respeita a base governista e a base era ele próprio e estava trincada; falou que o povo estava enxergando as covardias, vendo a coerência, que tinham que ficar muito atentos aos projetos que o Executivo mandava para a Casa, pois quando foi para benefício "dele", para empregar cabo eleitoral de município vizinho pensando na irmã pré-candidata a deputada conseguiu a aprovação do que "ele" queria, que fazia vergonha o tanto de gente nomeada de município vizinho tirando emprego do povo de Itapemirim, mas que quando a Câmara resolve mexer na estrutura, o prefeito quer dizer que não tem orçamento, sendo que o maior orçamento da Casa, desde que sua pessoa está como



Vereador na Câmara, é o orçamento do ano atual; disse que o prefeito não sabe nem o que tem no município, que não tem controle das despesas, não faz a boa gestão orçamentária e contábil da prefeitura porque teve conta rejeitada pelo tribunal em 2017, 2018 e 2019, em seguida questionou quem é o prefeito para acusar que a Câmara não tem orçamento sendo que as dívidas foram sanadas, mas o município deve muito e para falar de moralidade, tem que ter moral e o prefeito era despedido de moral para falar; pediu aos vereadores que tivessem consciência e saíssem debaixo das asas do prefeito, que fossem independentes e defendessem o povo, que parassem de ser supervenientes, omissos e submissos, pois estava ficando feio e quando o povo fala lá fora, não fala "vereador A e B", fala "a Câmara", sendo assim, era a imagem da Câmara que estava no lixo e precisavam tomar uma posição; mencionou que em outra oportunidade quando sua pessoa falou na Casa que entraria uma denúncia para cassar o prefeito, todo mundo se silenciou, ninguém falou nada e agora começaram a acordar para a vida e isso era um bom sinal. O **Vereador Paulo Sérgio de Toledo** disse que discordava totalmente do veto, que a Câmara foi responsável na colocação do Projeto e a mensagem do veto até ofendia os vereadores, pois havia coisas que nem deveriam ser citadas, que foi falado de dois impactos financeiros, que a Câmara desde 2015 é totalmente digital e quando se insere um parecer, um documento no projeto não há como retirar e isso era para dar transparência e caso haja erro, pode-se consertar fazendo um novo documento, mas retirada de página de projeto acabou na Câmara; disse aos vereadores que havia sim dois impactos financeiros no projeto, que um foi feito equivocadamente e o ato administrativo pode ser corrigido a qualquer momento para dar transparência, que sua pessoa era contrária ao veto do Executivo Municipal, mas não podia fazer vista grossa à fala do Vereador João Bechara Netto, pois ser oposição não é ser razão, que sua pessoa nunca votou inconsciente aos projetos, pois lê todos os projetos que entram na Casa e o fato de votar favorável a projeto não quer dizer que é manipulado por prefeito e da mesma forma que vereador de situação respeita vereador da oposição, vereador da oposição também tem que respeitar vereador da situação; disse que nunca escondeu seu voto e nunca se absteve de votar, pois tem vereador que se acovarda e na hora abstém seu voto e sua pessoa coloca a cara favorável ou contra; falou aos vereadores que medissem suas palavras para falar de vereador e da Casa, que está como vereador desde 2013 e defende a Casa, que a Instituição Câmara de Vereadores merecia respeito e relacionado ao veto reforçou que era totalmente contrário. O **Vereador Renildo Peçanha** fez jus às palavras do Vereador Paulo Sérgio de Toledo e disse que quando se fala que o vereador é omissos em algumas situações ou que é capacho do Executivo, pode ser que esteja falando de uma legislatura passada porque na atual, sua pessoa acha que até o Executivo está surpreso porque há pessoas diferenciadas e com caráter na Câmara; disse ainda que não queria menosprezar outros vereadores que passaram pela Câmara, mas que quando votou no projeto em que alterava a lei dos cargos, onde foram aprovados mais 216 cargos, não significava que havia essa quantidade para nomear e que votou porque muitos estavam empregados e poderiam ficar desempregados na atual crise, que nem esteve com o prefeito e não negociou com o mesmo vagas de emprego para ninguém, que votou a favor do projeto e votaria outra vez porque tem personalidade; disse que mencionou com todo o respeito as legislaturas passadas porque havia troca de favor, mas que na atual legislatura não era assim que estava funcionando e que como disse o Vereador Júlio César Ferreira, sua pessoa também não havia prometido vaga de emprego para ninguém; mencionou ser favorável à derrubada do veto, pois era contra o veto do Executivo por vários motivos, inclusive pela falta de respeito aos vereadores, pois se não lhe falhava a memória, o prefeito deu sua palavra a alguns vereadores que estavam dentro do gabinete de que não vetaria o projeto e então fazendo isso aos quarenta e cinco do segundo tempo,



mostrava a falta de respeito e isso era inadmissível; o **Vereador Júlio César Ferreira** falou que não gostaria de votar no veto como objetivo maior porque para a administração duzentos e poucos cargos em época de pandemia não é problema, mas quando se tratou da Câmara se tornou problema e a justificativa em relação ao veto do prefeito era incoerente; disse que seu voto em manter o veto é porque foi contrário à criação dos novos cargos na Câmara e continuaria com a sua posição, não porque a administração vetou, mas porque sua posição foi essa lá atrás, tanto não concordando com a criação dos novos cargos do Executivo quanto não concordando com a criação de novos cargos na Câmara. O **Vereador Antônio Carlos Helvécio** falou que votou a favor do projeto e por isso seu voto era para derrubar o veto do Executivo e poderiam dar o que quisessem que sua pessoa não votaria contra e se quisesse votar contra não adiantaria, pois não votaria favorável, porque tem que haver linha de raciocínio e saber o que se quer; disse ao Vereador Júlio César Ferreira que entendia perfeitamente sua colocação e que até ficaria feio se o mesmo derrubasse o veto com os demais vereadores, mas que seu voto seria para derrubar o veto, pois o prefeito não tinha palavra e não cumpria o que falava. O **Vereador Erasto da Costa** disse que seu voto seria para derrubar o veto. O **Vereador Alcione de Amorim** mencionou que quando se reuniram para discutir o projeto, a discussão foi uma só, que nunca foi omissa em se abster em nenhum tipo de votação, que na Casa quem manda são os vereadores e se "ele" quiser que mande na prefeitura; disse que trabalhou na Câmara na gestão passada, que não queria tirar o mérito dos vereadores que passaram pela Casa, mas que na atual legislatura estava sendo diferente, pois cobram pelo povo, pelas comunidades e não são pau mandado de prefeito; encerrou dizendo que os vereadores deviam cumprir seu dever com respeito uns aos outros. O **Vereador Lucimar Alves** disse que havia sido dito que os vereadores deviam deixar de ser omissos e que em nenhum momento que subiu na Tribuna para falar foi omissa, pois toda e qualquer reclamação do povo fala diretamente na prefeitura; mencionou que esteve na prefeitura dizendo que derrubaria o veto, pois na Câmara quem realmente manda são os vereadores e não precisava acontecer o que estava acontecendo na presente sessão, pois tirando o que foi falado sobre ser omissa, tudo o que havia sido dito foi verdade; falou que não se considerava omissa, pois omissa é o "cara" que vê e não fala nada e seu voto era para derrubar o veto do prefeito. O **Vereador Presidente José Lima** disse que realmente não precisava acontecer o que estava acontecendo na presente sessão porque na véspera da eleição passada sempre dizia que a Casa não podia ser um puxadinho da prefeitura, pois Legislativo é uma coisa e Executivo é outra, que não precisava haver inimizade, mas precisava haver respeito mútuo; relatou que na semana anterior, antes de fecharem a pauta, teve alguns vereadores que solicitaram que fosse colocado na pauta, projeto de importância e que sua pessoa não tem tido nenhum problema em colocar as matérias em pauta, pois não estava na Casa para prejudicar a população, que os vereadores estavam na Casa para fazer o correto e então colocou em pauta o projeto em que foi derrubada a urgência especial e que em seguida para pagar aos vereadores o que fizeram, surgiu o veto faltando quatro minutos para fechar a pauta e isso era falta de respeito com as pessoas; falou que os vereadores teriam que terminar o mandato de cabeça erguida, que não era melhor que ninguém por estar presidindo a Casa, pois todos eram iguais, mas que o prefeito teve coragem de vetar até o aumento do vale-alimentação dos funcionários que está dentro da normalidade, sendo que todos sabem o quanto o custo de vida das pessoas está aumentando; falou que o próximo presidente pegará uma Casa organizada, sem dívidas e era isso que precisava acontecer, pois não há nada de imoral. **Vereador Presidente José Lima:** disse que o veto entraria em votação única e que esta seria em cédula; explicou que o voto "Não" seria para a derrubada do veto e o voto "Sim" para manter o veto. Em seguida ocorreu a votação por meio de cédulas e após



a contagem, o veto foi derrubado por 10 (dez) votos a 01 (um). O **Vereador Presidente José Lima** agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.


José de Oliveira Lima

Presidente


Paulo Sérgio de Toledo Costa

Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:

Erasto da Costa Rocha
Benilde Hungria
Renildo Nascimento Pecanha
Alcione de Amorim
ANTONIO CARLOS HELVÉCIO
Almirante das Armas
Julio Cesar Ferreira de Magalhães